



A Conjuntura Cafeeira

Em reunião realizada a 20 de Fevereiro findo, na Sociedade Rural Brasileira, sob a presidência do dr. Luis de Toledo Piza Sobrinho, o diretor do Departamento de Café da entidade, dr. Plínio Cavalcanti de Albuquerque, falando sobre a gravidade da actual conjuntura cafeeira, declarou:

"A situação desfavorável da cultura do cacáu, considerada na Bahia alarmante, levou o governo federal a executar uma inteligente e efetiva política de amparo. A produção cacauzeira sofre, como a totalidade da produção agrícola brasileira, de profundos males de estrutura. Por isso mesmo, providências isoladas para a atenuação de impactos de conjuntura não têm se mostrado eficazes.

Decidiu o governo federal, no caso do cacáu, adotar medidas planejadas que efetivamente conduzam a soluções permanentes. Resolveu, em estreito entendimento com os órgãos técnicos bahianos, financiar a renovação e racionalização da cultura aproveitando para isso parte da receita dos ágios cambiais. Com essa medida, procura-se, pela primeira vez, dar aos ágios cambiais sua destinação legal que consiste na formação de um fundo para amparo da agricultura.

É preciso que a orientação se generalize, abrangendo sobretudo o setor da cafeicultura. A aplicação dos ágios, sob a forma de empréstimo, para renovação dos cafeais nas superfícies paulistas e mineiras de cafés finos, é esperada como providência inadiável e de indizível importância para a economia do café e do país. É espantoso mesmo que não tenha ainda sido executada!

A produção brasileira do café sofre uma forte limitação comercial, que tende a se agravar sem o planejamento de uma política de cultura. O nosso café, em contraste com a produção colombiana e da América Central, piora em qualidade, sobretudo porque se afastam os cafezais cada vez mais das áreas de cultivo apropriadas.

A gravidade dessa situação consiste precisamente no fato de exigirem os mercados consumidores, principalmente o norte-americano, cafés finos, que são oferecidos pela Colômbia e América Central na totalidade das suas safras, ao passo que pelo Brasil em proporções reduzidas e cada vez mais diminutas.

A erradicação dos cafezais das melhores superfícies do mundo para essa cultura, que estão situadas no sul de Minas e em extensas áreas paulistas onde se produzem cafés de boa bebida e independentemente de qualquer tratamento especial, se justificava até há pouco tempo, quando ainda era desconhecido o controle que por meio do progresso da técnica agrônômica é possível se exercer sobre as terras cansadas ou exauridas.

A experiência de Campinas deu-nos resultados definitivos em relação à possibilidade da fixação dos cafezais nas chamadas zonas velhas com resultados econômicos altamente satisfatórios.

O reaproveitamento dessas áreas, que tem nitido sentido de revigoramento da nossa produção exportável de café, não poderá, porém, ser realizado sem a formação de um plano especial de financiamento.

Calcula-se, sem exagero, que posse de 40% a parte já deficitária da lavoura paulista de café.

Sem a criação de uma política de produção, asentada na generalização das experiências de Campinas, não tardará a eliminação quase completa de S. Paulo como Estado produtor. Teremos então uma fragilíssima estrutura da produção brasileira de café, pois se concentrará praticamente toda a cafeicultura brasileira no Paraná em áreas muito sujeitas à incerteza.

Convém observar com toda atenção a crescente queda no índice de produtividade das lavouras cafezeiras paulistas. Essa quebra de produção não é apenas, como faz supor ligeiras apreciações, resultado das condições climáticas desfavoráveis. E, acima de tudo, efeito do próprio enfraquecimento produtivo da lavoura.

A renda líquida do cafeicultor vai sensivelmente, saíra por saíra, porque o custo de produção aumenta e o preço de venda, por efeito principalmente do rígido controle das cambiais de café, permanece inalterado. Nessas condições, muito dificilmente disporá o empresário agrícola de lucros para reinvestimentos no sentido de melhorar as condições de produção de suas culturas.

A última depreciação do dolar-café se verificou em fevereiro de 1955, promovida pela Instrução 114, passando então a taxa efetiva do cambio-café para Cr\$ 37,06.

Se naquela ocasião tivesse o governo, como anunciou, controlado a inflação o preço em cruzeiro, por conversão a esta taxa, continuaria satisfatório para a cafeicultura.

Infelizmente, não se manteve estável o valor da moeda. O custo de venda, 40% nos dois últimos anos se elevou em, pelo menos, 40%.

Devido assim a esse impacto inflacionário, tornou-se sensível a redução da renda efetiva do cafeicultor, porque para essa depreciação no valor da moeda não houve a compensação do reajustamento do cambio-café.

Por outro lado, os preços em ouro não se elevaram, nesse mesmo período, e por conseguinte não tivemos para cobertura da elevação verificada nos preços internos a alta dos níveis das cotações em dolares.

Em fevereiro de 1955, o preço "spot" em Nova York do Santos tipo 4, atingiu a 58.23 cents, nível esse não mais atingido em qualquer outro mês da quele ano que manteve um preço médio de 52.50 cents. Em 1955 os preços do café brasileiro se conservaram em relativa estabilidade à base de 54 cents por libra-peso. Houve pois forte redução do preço ouro em relação aos níveis de fevereiro de 1955.

Particularmente S. Paulo, onde mais se acentuou a elevação das despesas de custeio, a situação financeira do cafeicultor se agravou pela grande escassez da safra 56/57 e da expectativa de reduzida produção para a safra 57/58.

A média de produção, na última safra, atingiu a 18.3 arrobas por mil pés apenas, de que resultou, como se vê da estimativa da Subdivisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, drástica diminuição da renda bruta da cafeicultura em nosso Estado:

Anos	Cr\$ 1.000,00
Média de 1948/52	6.785.705
1953	10.598.048
1954	20.686.580
1955	23.034.240
1956	14.657.280